

**RECOMENDAÇÃO Nº 01/2020**  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 708.9.5728/2020

**EMENTA: Contratos educacionais. Ensino não presencial; readequação; educação infantil, ensino fundamental e médio. Pandemia Coronavírus (COVID-19). Recomendações**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas especializada na defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 129, incisos I e III da Constituição Federal de 1988; pelo art. 27, parágrafo único, IV, da Lei Federal nº. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 75, IV, da Lei Complementar da Bahia n.11/96 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público); e art. 6º, inciso XX, da lei Complementar Federal nº 75/93, combinado com o art. 80 da Lei nº 8.625/93 e Resolução n. 164/2017 do CNMP, cujo teor autoriza o Ministério Público a “*expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis*”, nos autos do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.57901/2020 e,

**1. CONSIDERANDO** a RECOMENDAÇÃO Nº 002/2020 – GPGJ, publicada no DJO em 19 de março de 2020, às Promotorias de Justiça com atribuição correlacionada a cada temática (Saúde Pública, Educação, Infância e Juventude, Direitos Humanos, Segurança Pública, Consumidor, Improbidade Administrativa e Criminal), nas Promotorias de Justiça onde houver repartição de atribuições funcionais, e às Promotorias de Justiça de atribuição plena, a abertura de Procedimento Administrativo, nos termos do art. 8º, II, da Resolução CNMP nº 174/2017, para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, as políticas públicas e a atuação dos gestores municipais e estaduais no que diz respeito ao atendimento de orientações, com o objetivo de efetivar ações coordenadas, integradas, eficazes e resolutivas de enfrentamento ao novo coronavírus, notadamente aquelas extraídas da Nota Técnica Conjunta nº 1/2020 do CNMP e da 1ª CCR, do Decreto Estadual nº 19.529/2020 e do Plano Estadual de Contingências para Enfrentamento do Novo Coronavírus – COVID-19;

**2. CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do que dispõe o art. 127, caput, da Constituição da República; e na defesa destes direitos, poderá “*promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros*



*interesses difusos e coletivos*” - art. 129, III CF; previsão também contida no art. 82 da Lei 8.078/90, tendo como foco os direitos do consumidor;

**3. CONSIDERANDO** que o art. 6º da Constituição da República diz que a educação é direito social; continuando no art. 205 que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

**4. CONSIDERANDO**, que a Constituição da República no art. 5º, inciso XXXII, ergueu o consumidor à posição de sujeito de direitos, merecedor da tutela eficaz do ordenamento jurídico brasileiro; o mesmo diploma legal dispõe no art. 170, inciso V, que a defesa do consumidor é também um dos princípios que rege a ordem econômica;

**5. CONSIDERANDO**, também, que o Código de Defesa do Consumidor, ao dispor sobre a Política Nacional das Relações de Consumo, identifica os objetivos dessa, dentre os quais devem ser aqui considerados o atendimento das necessidades dos consumidores, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, além da transparência e harmonia das relações de consumo, quando, para tanto, devem ser considerados os princípios da vulnerabilidade do consumidor, da harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores; da coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, dentre outros, tudo nos termos do art. 4º, caput, e incisos I, III e VI, do indicado Código de Defesa do Consumidor;

**6. CONSIDERANDO** que, no art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, está previsto que tem o consumidor direito à modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas; além do direito a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços;

**07. CONSIDERANDO** a Portaria n.º 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

**08. CONSIDERANDO** os Decretos n.º 19.549/2020, 19.586/2020, 19.635/2020 de 18 de março de 2020, 19.529/2020, que declaram, dentre outras providências, no âmbito do Estado da Bahia, a existência de situação anormal caracterizada como Situação de Emergência, em razão da pandemia de Covid-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde, enquanto perdurar a emergência e ainda, medidas de enfrentamento à pandemia, dentre elas a suspensão das aulas presenciais. Além do Decreto municipal 388/2020 que estabeleceu restrições ao funcionamento de instituições de ensino a partir do dia 19 de março do corrente e outros semelhantes posteriores;



**09. CONSIDERANDO** que na revisão dos contratos se deve considerar a diminuição dos custos nas escolas, em virtude da paralisação de atividades presenciais, bem como os novos investimentos, a fim de se calcular um desconto proporcional nas mensalidades, evitando-se o lucro sem causa, em virtude do sinalagma do contrato e da presença de caso fortuito ou força maior;

**10. CONSIDERANDO** a Resolução n.º 27, de 25 de março de 2020, do Conselho Estadual de Educação da Bahia, que dispõe sobre os aspectos legais a serem observados pelo Sistema Estadual de Ensino da Bahia, na reorganização do Calendário Escolar das Instituições Públicas e Privadas, em face de interrupção do ano letivo de 2020;

**11. CONSIDERANDO** a expedição pela Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON da Nota Técnica n.º 14/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ, de 26 de março de 2020, e da Nota Técnica n.º 1/2020/GAB-DPDC/DPDC/SENACON/MJ, ambas sobre o direito de consumidores que contrataram serviço educacional com instituições de ensino privadas, especialmente no tocante ao pagamento de mensalidades e, portanto, à revisão de cláusulas contratuais, em virtude da Covid-19, que ocasionou a suspensão das aulas presenciais;

**12. CONSIDERANDO** o que estabelece a Medida Provisória n.º 934, de 1º de abril de 2020, ao dispensar, em caráter excepcional, as escolas de educação básica da obrigatoriedade de observar o mínimo de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar, determinando que a carga horária mínima de oitocentas horas deve ser cumprida, nos termos das normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ao mesmo tempo em que dispensa as instituições de educação superior, em caráter excepcional, do cumprimento da obrigatoriedade de mínimo de dias letivos, nos termos das normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, sendo que tais dispensas terão vigência durante o ano letivo afetado pelas medidas de emergências relacionadas ao novo coronavírus, quando também autoriza as instituições de ensino a abreviarem a duração dos cursos de Medicina, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia, cumpridas as condições previstas;

**13. CONSIDERANDO** que em tempos de fragilidade econômica causada pela pandemia, a relação jurídica existente entre prestadores de serviço educacional e consumidores deve ser pautada, mais do que nunca, pela boa-fé objetiva, com vista à preservação do ano/período letivo, à minimização dos efeitos da interrupção abrupta do processo de aprendizagem e, por fim, à manutenção do equilíbrio na relação de consumo;

**14. CONSIDERANDO** que a Covid-19 é uma causa autorizativa de revisão contratual, que é direito do consumidor, tendo em vista que o serviço educacional, que envolvia uma série de obrigações para o fornecedor, deixou de ser prestado nas condições originalmente contratadas, sendo que, ainda que haja a continuidade das atividades pedagógicas à distância, o fechamento das instituições de ensino implica a redução de custos operacionais como água, luz, gás, limpeza etc.;

**15. CONSIDERANDO**, assim, que o equilíbrio na relação de consumo existente entre consumidores e fornecedores do serviço de educação privada passa pelo reconhecimento de



que a ausência de atividade educacional presencial pode conduzir à necessidade de renegociação do valor das mensalidades previsto em contrato educacional, em virtude da redução de determinados custos anteriormente incorporados ao valor do serviço prestado presencialmente;

**16. CONSIDERANDO** que o problema mais sério decorrente da suspensão da prestação do serviço educacional presencial ocorre na EDUCAÇÃO INFANTIL, na qual tal suspensão é total, tendo em conta que não tem como ser materialmente prestado esse serviço, por sua própria natureza e pela pouca idade de seus consumidores, pelo meio virtual, o que tem feito com que pais, mães e responsáveis, em razão das medidas destinadas ao isolamento e à quarentena, estejam ensinando sozinhos seus filhos que se encontram em casa;

**17. CONSIDERANDO** que, A PARTIR DO ENSINO FUNDAMENTAL, a substituição das aulas presenciais por aulas ofertadas por meio da internet cumuladas com a oferta de atividades de casa é razoavelmente possível, levando em conta que os estudantes já estão numa idade em que podem continuar o processo de aprendizagem por esse meio sem grandes perdas;

**18. CONSIDERANDO** que, quanto ao ENSINO MÉDIO, a substituição de aulas presenciais por aulas ofertadas pelo meio digital igualmente cumuladas com atividade de casa é ainda mais plausível, até pela natureza desse ensino e pelas características de seus estudantes;

**19. CONSIDERANDO** que, em relação ao ENSINO SUPERIOR, a substituição das aulas presenciais pelas aulas ofertadas pelo meio digital é, dentre todas as etapas do ensino, a que mais se adéqua ao perfil dos estudantes, já, em regra, adultos, quando, ainda assim, deve-se considerar que as aulas práticas não devem estar ocorrendo;

**20. CONSIDERANDO** que no ordenamento jurídico brasileiro é possível falar-se no DIREITO DE RENEGOCIAR FORA DO PROCESSO JUDICIAL, quando há desequilíbrio contratual superveniente, o que tem como fundamento, no Código Civil Brasileiro, o art. 422 do Código Civil, quando diz que os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé, que impõem um imperativo de lealdade e de confiança recíproco, e, no Código de Defesa do Consumidor, o art. 4º, inciso III, e o art. 51, inciso VI;

**21. CONSIDERANDO** que, na renegociação dessa modalidade de contrato não se pode fazer uma automática equiparação do ensino prestado por meio digital, neste momento de pandemia, ao EAD, porque aquele tem outras características que o tornam distinto desse derradeiro, especialmente pela maior possibilidade de interação e diálogo entre professores e estudantes; resultando a importância da via negocial entre as escolas e pais na solução dos conflitos individuais;

**22. CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor adotou o sistema da responsabilidade civil baseado na teoria do risco da atividade. Assim entendido como o fato do fornecedor ter a liberdade de explorar o mercado de consumo, mas também assume o risco de reparar danos em caso de insucesso, estabelecendo, portanto, a responsabilidade civil objetiva,



excepcionando as possibilidades contidas no art. 14, § 3º no que se refere a serviços, admitindo-se a exclusão da responsabilidade decorrentes de caso fortuito e força maior, não se podendo responsabilizar o fornecedor por evento que não deu causa, havendo, quebra do nexo de causalidade;

**23. CONSIDERANDO** que esta Promotoria de Justiça realizou reunião com algumas instituições de ensino para tratar do assunto relacionado à suspensão das aulas presenciais em razão da necessidade de restrições ao contato social.

**24. CONSIDERANDO** que, no dia 20/04/2020, após provocação desta 6ª Promotoria de Justiça e o combinado na reunião realizada, algumas **instituições de ensino de Teixeira de Freitas a exemplo do Centro Educacional Castelo Forte LTDA, Instituto Francisco de Assis, Colégio Integral, Escola Portinari, Escola Primeiro Espaço, Colégio Miguel Afonso, Centro Educacional Fonte de Luz, Colégio Anchieta Objetivo**, elaboraram e apresentaram a esta Promotoria de Justiça um **PLANO DE AÇÃO E CONTINGENCIAMENTO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO CORONA VÍRUS (SARS-CoV-2 e COVID-19)**;

**25. CONSIDERANDO** que no referido Plano as instituições de ensino informaram que *“...não possuem margem que lhes permita oferecer desconto nas mensalidades escolares...”*, sendo que este Promotor de Justiça entende que esta afirmação genérica não se aplica indistintamente à educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior, pois é possível sim aplicação de descontos à luz da realidade de cada instituição e consumidores, evitando-se, assim, enriquecimento sem causa das instituições, prejuízos aos consumidores, rescisão dos contratos e/ou judicialização desnecessária de demandas;

**26. CONSIDERANDO** o que dispõe a Lei Complementar n.º 11/96, e, também, o disposto no art. 27, parágrafo único, e inciso IV, da lei federal 8.625/93, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, quando diz que compete ao Ministério Público da União *“expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis”*; matéria contemplada pela Resolução 164/2017 do CNMP;

**Resolve, RECOMENDAR** a todas as instituições da rede privada de ensino localizadas na cidade de Teixeira de Freitas/BA que, em cumprimento ao dever de informação e em observância ao princípio da boa fé:

## **1. ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

**1.1.** Abstenham-se de cobrar eventuais multa de mora e de juros em decorrência do atraso no pagamento das mensalidades pelos consumidores durante o período de isolamento social e seus desdobramentos, quando causado por prejuízos financeiros que não deram causa e em razão da pandemia, devidamente comprovados, já que resultantes de caso fortuito ou força maior, conforme preconiza o art. 393 do Código Civil;

**1.2.** Envidar todos os esforços no sentido de se evitar a judicialização das situações



ocorridas durante a pandemia, tendo em vista que a proteção ao consumidor, as boas práticas do mercado e a política de relacionamento da empresa fornecedora devem servir como parâmetro nas negociações junto ao público consumidor, de modo a que se busquem todas as formas de conciliar a manutenção do contrato.

**1.3.** Demonstrem aos seus consumidores contratantes planilha de custos referente aos meses compreendidos no período de suspensão das aulas em tela, bem como a relativa ao ano letivo de 2020, elaborada, à época, sem a previsão na pandemia de COVID-19;

**1.4.** Esclareçam seus consumidores contratantes sobre eventual diminuição nos valores referentes à prestação dos serviços educacionais (redução do valor das mensalidades), decorrente da suspensão das aulas presenciais; ou seja, conceder aos seus consumidores um desconto proporcional, no valor da mensalidade de março, relativo aos dias em que não houve a prestação dos serviços, devendo esse desconto ser concedido na mensalidade do mês de abril, caso a mensalidade de março já tenha sido quitada no valor integral originariamente previsto; Idêntico procedimento deve ser adotado pelo estabelecimento de ensino nos meses subsequentes, enquanto durar a pandemia de Coronavírus, porém com o mencionado desconto dentro do mês de referência, considerando na fórmula do cálculo a diminuição dos custos e os novos investimentos, a fim de achar o valor do desconto proporcional à evidente diminuição dos custos com a atividade presencial suspensa;

**1.5.** Esclareçam seus consumidores contratantes sobre eventual realização de aulas presenciais em período posterior, com a consequente modificação do calendário de aulas e de férias, informando também se fará a reposição integral das aulas presenciais ou se serão contabilizadas nas horas-aula também as aulas não presenciais;

**1.6.** Esclareçam seus consumidores contratantes sobre eventual prestação das aulas na modalidade à distância ou não presencial, observada a legislação vigente do Ministério da Educação, enviando-lhes, com exceção dos estabelecimentos de ensino que se ocupem da educação infantil, proposta de revisão contratual para vigorar durante o período de suspensão das atividades presenciais, com a previsão de atividades escolares de forma remota e respectivo valor mensal, para análise e concordância dos mesmos, observando os termos da lei aplicável ao caso (Lei nº 9.870/1999). Na elaboração da mencionada proposta de revisão, o estabelecimento deverá considerar a planilha de cálculo apresentada no início do ano, com as despesas diárias previstas, e compará-las com os custos acrescidos e reduzidos no período de atividades não presenciais, informando-as, detalhadamente, aos consumidores, com as necessárias comprovações;

**1.7.** Esclareçam seus consumidores contratantes sobre redução imediata do valor das mensalidades no decorrer do período da suspensão das aulas, referente à suspensão de contratos acessórios, tais como atividades extracurriculares, alimentação e transporte, dentre outras cobradas separadamente;

**1.8.** Considerem que, em caso de reposição integral de aulas presenciais, o equilíbrio econômico e financeiro do contrato deverá ser restabelecido e que isso implicará na retomada



dos valores contratados, mediante negociação com os consumidores;

**1.9.** Observem que a opção do consumidor de rescindir o contrato, caso não concorde com a proposta de revisão contratual, sendo motivada por caso fortuito ou de força maior, ocorrido posteriormente à realização da avença, não pode ser considerada como inadimplemento contratual e, assim, nada podendo ser cobrado a esse título (Lei nº 8.078/90, arts. 6º, V, e 46; Código Civil arts. 393 e 607);

**1.10.** Criem canais específicos para tratamento remoto das demandas dos consumidores, de maneira a evitar que estes tenham que comparecer às instituições de ensino e sejam expostos a contaminação do COVID-19, considerada a importância da via negocial entre as escolas e pais na solução dos conflitos individuais;

**1.11.** Zelem sempre pela manutenção da qualidade do ensino, sobretudo no contexto da conversão das atividades do ensino presencial para o ensino a distância, e, em caso diverso e preferencialmente, pela reposição das atividades de ensino presenciais, de maneira a permitir o desenvolvimento da aprendizagem nos moldes contratados.

## **2. EDUCAÇÃO INFANTIL**

**2.1.** Negociar uma compensação futura em decorrência da suspensão das atividades e/ou;

**2.2.** Demonstrarem aos seus consumidores contratantes planilha de custos referente aos meses já vencidos do ano de 2020, bem como planejamento de custos referente a todo o ano corrente, e também esclarecendo sobre eventual diminuição nos valores referentes à prestação dos serviços educacionais (redução das mensalidades), decorrente da suspensão das aulas presenciais, e aplicando-se desde já o respectivo desconto, considerando-se as peculiaridades intrínsecas à EDUCAÇÃO INFANTIL;

**2.3.** Salvo na hipótese de o respectivo responsável financeiro aceitar eventual proposta de renegociação, suspendam o contrato de educação infantil até o término do período de isolamento social, face à impossibilidade de sua execução na forma não presencial, pois o ENSINO INFANTIL não pode ser ministrado por meio remoto, sendo essencialmente presencial, cabendo as escolas anteciparem as férias ou, sendo isso insuficiente no novo acordo com os pais, suspender o contrato até o final do isolamento, negociando a devolução dos valores quando for o caso.

O consumidor poderá rescindir o contrato sem pagamento de qualquer encargo, especialmente diante de não observação dos itens acima, entretanto deverá ser essa a última alternativa. Neste caso, deverá ser alertado sobre o impacto que os cancelamentos de contrato terão sobre o quantitativo de funcionários diretos e indiretos com quem a instituição de ensino tenha vínculo, demonstrando-se ao contratante em condições de seguir o pagamento sua responsabilidade social em manutenção do contrato.

**As recomendações constantes nos itens 1.3 a 1.10, 2.2 e 2.3 deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias.**



**Notificar o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia** para que divulgue e encaminhe a presente **RECOMENDAÇÃO**, para que dê ciência aos seus sindicalizados e filiados, orientando-os a fim de que observem as prescrições contidas no documento.

**Encaminhe-se** aos órgãos públicos e entidades civis de defesa do consumidor, à Comunicação do MP/BA, para que possa dar ampla divulgação aos consumidores destes serviços, dando-lhes ciência do inteiro teor da presente recomendação, que será seguida em todos os casos concretos noticiados na 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira especializada na área de defesa do Consumidor.

Encaminhe-se cópia às Secretárias Estadual e Municipal de Educação e ao Conselho Estadual de Educação;

Cumpra-se.

Teixeira de Freitas, 27 de abril de 2020.

**JOÃO BATISTA MADEIRO NETO**

*Promotor de Justiça*

*6ª Promotoria de Justiça especializada em defesa do Consumidor – titular*